

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Centro de Estudos Judiciários****Aviso (extracto) n.º 18090/2010**

Licenciado Pedro Maria Godinho Vaz Pato, Juiz de Direito, cessou, por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, de 22/6/2010, a comissão de serviço que vinha exercendo, como docente no Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a partir de 2 de Setembro de 2010.

8 de Setembro de 2010. — A Directora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

203670153

Aviso (extracto) n.º 18091/2010

Licenciado António Carlos Falcão Beça Pereira, Juiz de Direito, cessou, a seu pedido, a comissão de serviço que vinha exercendo, como Coordenador Distrital, no Distrito Judicial de Coimbra, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2010.

8 de Setembro de 2010. — *Maria Eufémia Fonseca*, Directora do Departamento de Apoio Geral.

203671611

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**Despacho (extracto) n.º 14292/2010**

Por despacho de 30 de Setembro de 2009, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais, e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º e n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, foi Maria de Fátima Garcês Reis, técnica superior, designada para adjunta do Director do Estabelecimento Prisional do Linhó, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de Outubro de 2009.

07 de Maio de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

203669199

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro****Despacho n.º 14293/2010**

Tendo sido designado como substituto legal nas minhas faltas e impedimentos, de acordo como o Despacho n.º 2/GDR/2007, de 2 de Março, publicado no DR, pelo Despacho n.º 13093/2007, 2.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2007, o Director Regional Adjunto Dr. António José Nunes Ramos, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, designo ao abrigo da mesma disposição normativa, como substituto legal nas faltas e impedimentos daquele dirigente, o Director Regional Adjunto Eng.º António Júlio Gomes Patrício, ficando ratificados todos os actos entretanto praticados até à presente data no âmbito daquela situação.

30 de Julho de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

203671855

Despacho (extracto) n.º 14294/2010

Por despacho de 07-09-2010, do Director Regional de Agricultura e Pescas do Centro, foi nomeado em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para exercer o cargo de direcção intermédia de 2.º grau de Chefe da Delegação Regional da Sertã, o Técnico Superior Luís Manuel Marques Pires.

O nomeado reúne os requisitos legais para provimento do cargo, tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício daquele cargo, conforme resulta da Nota Curricular, em anexo.

O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 26-08-2010.

7 de Setembro de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Luís Manuel Marques Pires;

Naturalidade: Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco;

Data de nascimento: 01 de Outubro de 1961.

2 — Habilitações Académicas:

Bacharelato em Produção Animal, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, 10/01/1990;

Curso Técnico Agrícola — via profissionalizante — rama Agro-Pecuária, área A, Escola Agrícola da Paia.

3 — Experiência Profissional:

De 01/1989 a 03/1991: Técnico Profissional responsável do sector de produção animal, agrícola e florestal na Associação Vale do Lucriz, Vila Velha de Ródão;

De 01/08/1991 a 05/05/1992: Técnico Estagiário na carreira de Engenheiro Técnico de Produção Animal, na Estação de Ovinicultura do Merino da Beira Baixa, Herdade Estatal do Ribeiro de Freixo;

De 05/05/1992 a 01/04/1999: Técnico de 2.ª classe da carreira de Engenheiro Técnico Agrário, na DRABI, com funções de responsável na Herdade do Couto da Várzea, Ribeiro de Freixo e Culturas Regadas;

De 01/04/1999 a 10/09/2003: Técnico de 1.ª classe da Carreira de Engenheiro Técnico Agrário, continuando a desempenhar as mesmas funções;

De 10/09/2003 a 16/08/2005: desempenho de funções na ex-zona agrícola de Castelo Branco;

De 16/08/2005 a 03/05/2007: responsável da zona agrícola de Castelo Branco;

Desde 03/05/2007 até à presente data: coordenador da ex-zonas agrícolas de Belmonte, Covilhã, Fundão, Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

4 — Formação Profissional:

Curso de Produção Caprina, 1993, Gil Vaz;

Curso de Maneio Reprodutivo em Ovinos, 1995, ESA do IPCB;

Curso de Formação de Formadores, 1998, Couto da Várzea;

Participação no 2.º Encontro de Ovinicultura, 1999, UTAD;

Participação no 3.º Congresso da Sociedade Espanhola para os Recursos Genéticos Animais, 1.º Congresso Ibérico sobre os Recursos Genéticos Animais, 1999, Faculdade Veterinária de Lugo;

Participação no 6.º Congresso Rencontres Recherches Ruminants, 1999, INRA, Paris;

Curso de Excel e Access, na óptica do utilizador, 2006;

Curso “O Sistema de Avaliação de Desempenho dos Recursos Humanos na Administração Pública”.

203672065

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.****Despacho n.º 14295/2010**

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no Edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, requereu a concessão de uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional, na rota Lisboa-Pequim-Lisboa.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito determinado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e da Portaria n.º 433/2008, de 17 de Junho, no uso das competências delegadas pelo Conselho Directivo do INAC, I. P., conforme subalínea *iii*) da alínea *d*) do n.º 2.2, do Aviso n.º 9090/2008, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 60, de 26 de Março de 2008, republicado pelo Aviso n.º 85/2010, 2.ª série do D.R. n.º 2, de 5 de Janeiro, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A. uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional na rota Lisboa-Pequim-Lisboa, devendo assegurar um mínimo de 1300 frequências anuais, das quais 156 poderão ser efectuadas como operadora, devendo as restantes ser exploradas, no âmbito de um code share.

2 — Pela concessão da presente Licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e parágrafo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de Junho.

Lisboa, 31 de Agosto de 2010. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *João Confraria*.

203669303

Despacho n.º 14296/2010

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no Edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, requereu a concessão de uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional, na rota Lisboa-Xangai-Lisboa.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito de termo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e da Portaria n.º 433/2008, de 17 de Junho, no uso das competências delegadas pelo Conselho Directivo do INAC, I. P., conforme subalínea *iii*) da alínea *d*) do n.º 2.2, do Aviso n.º 9090/2008, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 60, de 26 de Março de 2008, republicado pelo Aviso n.º 85/2010, 2.ª série do D.R. n.º 2, de 5 de Janeiro, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A. uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional na rota Lisboa-Xangai-Lisboa, devendo assegurar um mínimo de 624 frequências anuais, que apenas poderão ser exploradas, no âmbito de um *code share*.

2 — Pela concessão da presente Licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e parágrafo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de Junho.

Lisboa, 31 de Agosto de 2010. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *João Confraria*.

203669311

Despacho n.º 14297/2010

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no Edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, requereu a concessão de uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional, na rota Porto-Pequim-Porto.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito, de termo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e da Portaria n.º 433/2008, de 17 de Junho, no uso das competências delegadas pelo Conselho Directivo do INAC, I. P., conforme subalínea *iii*) da alínea *d*) do n.º 2.2, do Aviso n.º 9090/2008, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 60, de 26 de Março de 2008, republicado pelo Aviso n.º 85/2010, 2.ª série do D.R. n.º 2, de 5 de Janeiro, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A. uma Licença para exploração de serviços de Transporte Aéreo Regular Internacional na rota Porto-Pequim-Porto, devendo assegurar um mínimo de 208 frequências anuais, que apenas poderão ser exploradas, no âmbito de um *code share*.

2 — Pela concessão da presente Licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril e parágrafo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de Junho.

Lisboa, 31 de Agosto de 2010. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *João Confraria*.

203669328

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 14298/2010

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), procedeu, através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 80, de 26 de Abril de 2010, no Jornal de Notícias de 27 de Abril de 2010, e na Bolsa de Emprego Público, de 27 de Abril de 2010, com o código de oferta n.º OE201004/0708, à divulgação do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão do Ordenamento e Gestão do Território, previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Despacho n.º 17 802/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de Agosto.

Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a escolha recaiu na candidata Ana Isabel de Sousa Fernandes Marrana, tendo o júri concluído, após a apreciação global resultante da avaliação curricular e da entrevista a cada um dos candidatos que a mesma, inequivocamente, demonstrou reunir as melhores condições para o desempenho do cargo a prover.

Efectivamente, em termos curriculares a candidata evidenciou habilitações académicas adequadas e relevantes para a função a exercer, vasta experiência profissional traduzida em execução de actividades inerentes ao posto de trabalho e complexidade das mesmas, elevado número de horas de formação profissional totalmente relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função na

área técnica, e uma excelente avaliação de desempenho nas actividades relacionadas com a mesma.

Na entrevista pública, demonstrou muito interesse pela área funcional em causa, intensamente vocacionado para o trabalho em equipa, que se impõem. Provou deter um excelente domínio de todas as componentes e temas ligados aos diferentes níveis territoriais. Evidenciou uma excelente capacidade de análise bem como uma capacidade digna de destaque para avaliar criticamente as situações, actuando e decidindo com eminente sentido de autonomia e independência.

Atento os fundamentos supracitados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento, nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a 30 de Julho de 2010, a Dra. Ana Isabel de Sousa Fernandes Marrana, técnica superior do mapa de pessoal da CCDRN, no cargo de Chefe de Divisão do Ordenamento e Gestão do Território desta Comissão.

30 de Julho de 2010. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Carlos Cardoso Laje*.

Nota curricular

Nome: Ana Isabel de Sousa Fernandes Marrana

Habilitações académicas: Licenciada em Direito, na opção de Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, média de 14 valores, tendo frequentado diversos cursos e seminários, designadamente das áreas do Direito Administrativo, do Direito do Ambiente e do Urbanismo e do Ordenamento do Território.

Actividade profissional:

De Dezembro de 1985 a Setembro de 1986, é adjunta do Gabinete do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares;

De 1987 a Dezembro de 1995, é docente na Universidade Portuguesa;

De 1987 a 1989, desempenha, na Comissão de Coordenação da Região Norte/Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, funções de apoio jurídico;

De Março de 1990 a Dezembro de 1995, presta serviços de consultoria jurídica à Direcção-Geral dos Recursos Naturais /Direcção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Douro e à entidade que lhe sucedeu no exercício das competências (Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais-Norte);

Lecciona o módulo “Direito do Ambiente” no Curso de Mestrado em Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, no ano lectivo de 1991-1992;

Em Abril de 1996 entra, mediante concurso público, para o quadro de pessoal do Instituto da Água transitando, em Janeiro de 1999, para o quadro da Direcção Regional do Ambiente-Norte;

É adjunta do Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais, de Dezembro de 1995 a Novembro de 1997;

De Novembro de 1997 a Outubro de 1999, é adjunta do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente;

É adjunta e, ulteriormente, assessora do Gabinete do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, de Outubro de 1999 a Julho de 2001;

De Julho de 2001 a Maio de 2006, é nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão do Gabinete Jurídico da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Norte (DRAOT);

De Maio de 2006 a Maio de 2007 é, em regime de substituição, chefe da Divisão do Ordenamento do Território da DRAOT;

Desde Maio de 2007 é, em regime de substituição, chefe da Divisão do Ordenamento e Gestão do Território da Direcção de Serviços do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional — Norte (CCDR-N).

203669725

Despacho n.º 14299/2010

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), procedeu, através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 80, de 26 de Abril de 2010, no Jornal de Notícias de 27 de Abril de 2010, e na Bolsa de Emprego Público, de 27 de Abril de 2010, com o código de oferta n.º OE201004/0707, à divulgação do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbana, previsto no n.º 3 do artigo 2.º do Despacho n.º 17 802/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de Agosto.